



Cenário do Setor - 2017

Avaliação do setor de borracha do Rio
Grande do Sul

São Leopoldo, outubro de 2017



	Brasil		Rio Grande do Sul	
	1ºS 16	1ºS 17	1ºS 16	1ºS 17
PIB				
Total	-4,5%	-0,1%	-4,6%	1,8%
Agropecuária	-7,8%	14,6%	-6,3%	13,0%
Indústria	-5,0%	-1,6%	-5,1%	-0,9%
Extrativa	-6,9%	7,5%	-8,8%	-7,7%
Transformação	-7,4%	-1,1%	-7,3%	1,9%
Serviços	-3,1%	-1,0%	-2,5%	0,2%
Comércio	-8,6%	-0,8%	-7,4%	0,9%
Adm. Pública	0,3%	-1,0%	-1,6%	0,0%
Produção Industrial				
Total	-9,5%	1,4%	-4,9%	1,5%
Produtos de borracha	-7,2%	6,7%	-	-
Pneumáticos e câmaras de ar	-5,0%	8,8%	-	-
Vendas do comércio varejista	-7,4%	0,6%	-6,5%	4,1%
Setor de Borracha				
Faturamento	-7,9%	2,1%	-5,4%	-0,8%
Emprego	-12,5%	-2,6%	-5,8%	-2,0%
Horas Trabalhadas	-14,6%	3,2%	-7,0%	5,9%
Exportações em US\$				
Total de borracha	-35,7%	29,2%	-41,9%	52,3%
Pneumáticos	-31,1%	17,0%	-41,7%	38,6%
Matéria-Prima	-48,6%	80,8%	-42,2%	76,1%
Artefatos	-39,8%	36,0%	-39,2%	26,6%
Exportações em R\$				
Total de borracha	-25,6%	8,6%	-34,7%	25,8%
Pneumáticos	-19,4%	-1,8%	-34,1%	13,8%
Matéria-Prima	-42,1%	52,5%	-35,8%	46,7%
Artefatos	-31,8%	14,6%	-31,8%	5,7%



1. Sumário Executivo

2. A economia brasileira em 2017

- ***O setor de borracha no contexto nacional***

3. O Rio Grande do Sul em 2017

- ***O setor de borracha no Rio Grande do Sul***



SUMÁRIO EXECUTIVO

Os números que consolidam o primeiro semestre de 2017 sinalizam o fim da pior recessão da história da economia brasileira. A **melhora do cenário** ainda não é generalizada, mas com empresários e consumidores mais confiantes com o início da queda da taxa de desemprego e uma inflação e juros baixos, é possível ver resultados melhores em diversos segmentos industriais, crescimento das exportações e retomada das vendas do comércio.

As maiores incertezas atuais caem sobre dois pontos. O primeiro é a magnitude e velocidade **dessa recuperação** e, o segundo, em que medida as **eleições de 2018** poderão representar um freio a esse processo de recuperação.

A configuração da atual crise foi única na histórica contemporânea e teve como elemento central os equívocos de política econômica implementados pelo Governo anterior. Os efeitos perversos sobre as contas públicas estão materializados em um **dívida interna explosiva**, déficit fiscal histórico e elevados gastos com juros. A proposta de usar um modelo econômico heterodoxo desestabilizou toda a economia brasileira e criou um custo, em termos de dívida, que deverá ser pago ainda ao longo dos próximos anos.

Muito mais que aspectos conjunturais, a atual crise revelou as **fragilidades** com que o país transita em períodos de crescimento econômico, e colocou em evidência a necessidade de acelerar diversas reformas estruturais para garantir um período mais longo de crescimento sustentável. Vale destacar que a recente reforma trabalhista foi um dos marcos desse processo e deve gerar efeitos positivos sobre a economia já a partir de 2018.

O que iremos assistir pelos **próximos meses** é o resultado de uma economia que está saindo da crise, e menos de uma economia que reformou seu sistema e inicia trajetória de crescimento mais estrutural. Nesse aspecto, os riscos políticos derivados da eleição de 2018 colocam em cheque a continuidade



desse cenário e aumenta a pressão para a implementação de uma profunda reforma no sistema político, tributário e previdenciário.

Em suma, a perspectiva é que a economia brasileira tenha um crescimento em torno de 0,6% no ano de 2017 e de cerca de 2% em 2018. Para o **Rio Grande do Sul**, que também ensaia a saída da recessão, em especial com o bom desempenho da agropecuária, a previsão é de expansão em torno de 1% em 2017 e um pouco menos de 2% em 2018.

Os maiores desafios para o estado gaúcho se encontram em torno da reforma do Estado. Nesse caso, é preciso reduzir o tamanho dos gastos, promover concessões de diversos **serviços públicos** e acelerar venda de ativos. Além disso, é importante que a reforma do Estado contemple também uma adequação dos planos de cargos e salários a uma nova realidade, bem como enfrentar o problema da previdência dos servidores. Caso contrário, o Estado irá enfrentar, pelos próximos anos, dificuldades ainda maiores no campo fiscal, o que irá inibir, certamente, a atração de novos investimentos.

No caso do **setor de borracha** o que se verifica é uma retomada das vendas para a cadeia produtiva, em especial no segmento de pneumáticos. A melhora do ambiente econômico na Argentina permitiu a expansão das exportações de produtos de borracha bem como de outros produtos que carregam borracha, como por exemplo, máquinas e equipamentos e veículos automotores. As perspectivas são que essa melhora nos indicadores do setor tenha continuidade ao longo do segundo semestre.

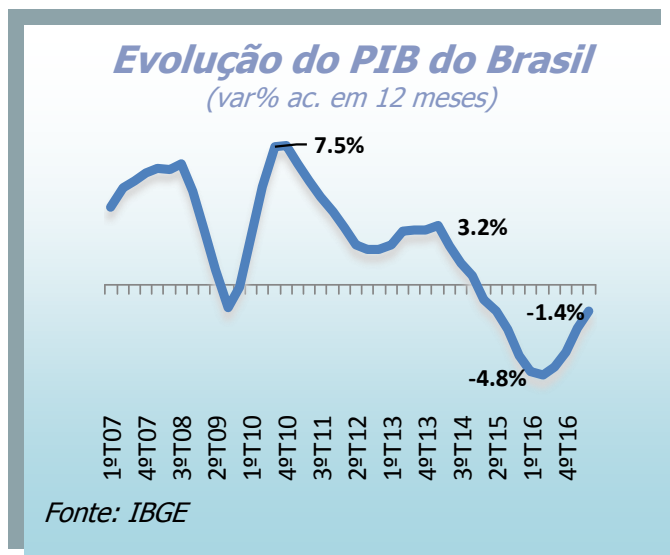


A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2017

Os indicadores econômicos do primeiro semestre do ano confirmam o *turning point* da pior recessão da história do país, mesmo com o PIB tendo encerrado o período com variação negativa de 0,1%. Isso porque, como pode ser visto no comportamento de 12 meses, a atividade produtiva medida por esse indicador já sinaliza uma **tendência de alta**, deixando para trás o pior momento com queda de 4,8%. Em relatórios anteriores já citamos os motivos que colocaram o país nesse cenário, mas é importante ressaltar, uma vez que nem todos esses fatores tiveram resolução, o que pode limitar o desempenho do cenário prospectivo dos próximos anos.

O primeiro fator, não considerando pela importância, foi o controle da inflação feito no período pós 2010 dentro de uma política heterodoxa. Para manter o IPCA baixo, o Governo atuou em diversas frentes no qual conseguia “mascarar” a evolução de preços e com isso continuar o processo de redução da taxa de juros nominal sem influenciar o juro real. E isso se deu via empresas estatais, com reajustes para baixo nas tarifas de energia como elétrica e combustíveis, ou então com redução de impostos de importação barateando produtos e ainda atuando no sentido de criar incentivos para uma taxa de câmbio valorizada, em especial com o uso dos swaps cambiais e intervenções diretas no mercado de câmbio

por parte da Autoridade Monetária. Outro elemento que atuava no sentido de **controle de preços** era a política microeconômica. Nesse caso o Governo





promovia redução de impostos em setores específicos com a contrapartida de redução de preços ao consumidor final. O resultado seria uma inflação total menor. Porém, a despeito disso, o que se viu foi um severo dano para a economia, seja com descapitalização das empresas estatais, represamento de preços ou desequilíbrio setorial em um cenário de câmbio muito valorizado que prejudicou as exportações de manufaturados. A piora da economia se mostrou mais forte a partir de 2015 com a inflação chegando a dois dígitos.

Desde o impeachment, em 2016, boa parte dessa intervenção foi retirada, mas ainda persistem subsídios específicos contratados em anos anteriores, mas com potencial menor de prejuízo para a economia. **A inflação cedeu** muito rapidamente, mas é importante deixar claro que esse movimento foi deflagrado muito mais pela forte recessão, com um elevado gap do produto, do que pelas condições estruturais, o que significa que, em um cenário de recuperação, é natural esperar uma retomada dos preços. A ociosidade na indústria foi a maior já verificada na economia.

O segundo fator a ser considerado é a **política fiscal**. O descaso com as contas públicas nos últimos 14 anos concretizou um cenário atípico para qualquer país. Durante anos o Governo Federal surfou na onda do crescimento mundial e com ele os bons resultados para as finanças públicas. A arrecadação crescia a cada ano e mesmo diante do contínuo aumento de gastos, esse conseguia se acomodar em um cenário de expansão econômica. Isso perdurou até meados de 2012 quando o **resultado primário** do Governo Federal atingiu seu máximo, perto de R\$ 180 bilhões no acumulado em 12 meses.

Desde então, o mundo passou a crescer menos e, por consequência também o Brasil. O modelo caracterizado pela intervenção estatal em diversas áreas da economia, cujo nome ficou conhecido como “nova matriz econômica”, mostrou sua ineficiência. Uma menor taxa de crescimento minguou a arrecadação de tributos em todas as esferas de Governo. Como os gastos são rígidos, ou seja, não se reduzem em períodos de baixo crescimento, o resultado



final foi uma paulatina deterioração das contas públicas até que o resultado primário recorde se transformou em um déficit de R\$ 200 bilhões em meados de 2016.

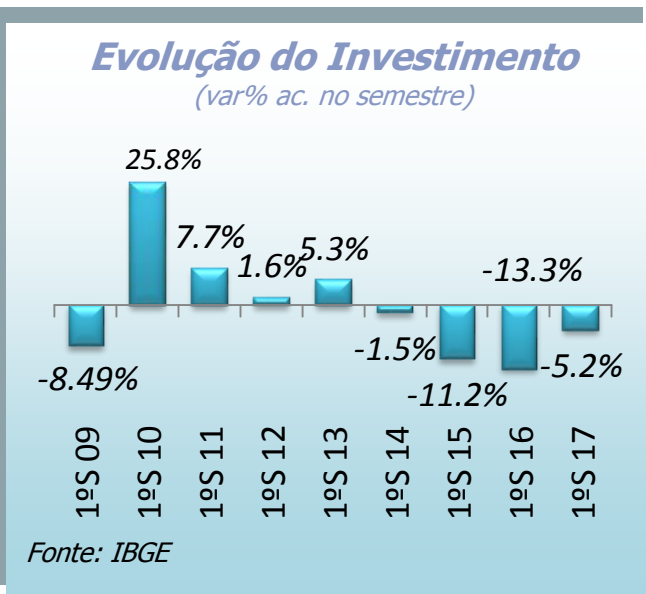
Esses números revelam a **incapacidade de gestão** do Governo Federal que em apenas 4 anos conseguiu transformar um superávit em déficit com um gap da ordem de R\$ 380 bilhões. Dito de outra forma, se o país fosse uma empresa seria o mesmo que dizer que seu gestor pegou a mesma com lucro de R\$ 180 bilhões e a entregou, quatro anos depois, com prejuízo de R\$ 200 bilhões.

O efeito macroeconômico dessa política heterodoxa foi a explosão da dívida pública em um processo de retroalimentação dos gastos com juros. Esses atingiram a marca histórica de R\$ 596 bilhões em 12 meses ao final de 2016 representando 10% do PIB. Nunca na história desse país tivemos tanto gasto com juros de dívida interna. E esse movimento só contribuiu para alimentar uma dívida cada vez maior, conduzindo para as gerações futuras o custo a ser pago pelos erros de gestão macroeconômica do passado.

O impeachment conseguiu colocar apenas um freio ao processo de realimentação dessa política, mas a chamada **herança maldita**, junto com a crise econômica, em pouco poderia ajudar em um ajuste mais forte. Atualmente a política fiscal continua a ser o pior indicador de fundamento do Brasil e assim deve permanecer pelo menos até 2022, representando um entrave ao nosso crescimento sustentável. Vale destacar que não será apenas com crescimento econômico que iremos promover um ajuste nas contas públicas, esse tem que vir acompanhado de importantes reformas estruturais, como a previdência, em especial do setor público, a tributária e uma reforma política.



O **terceiro fator** que contribuiu para essa crise é o político. Até a concretização do impeachment o país praticamente parou diante das denúncias



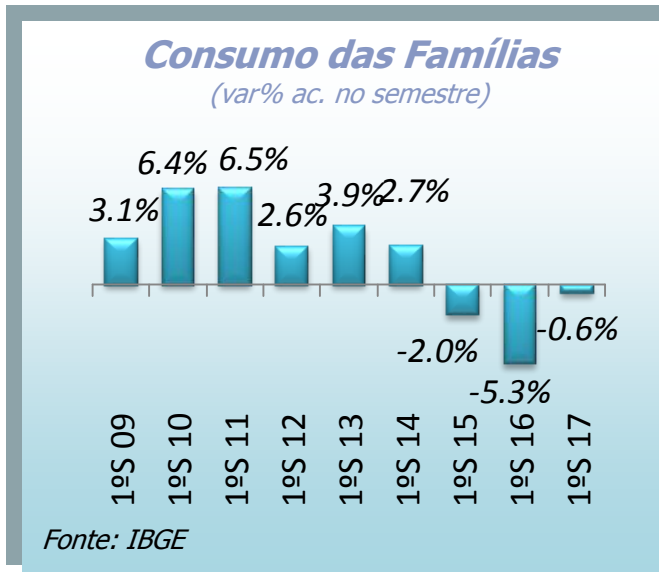
de corrupção e da demanda da sociedade por mudanças concretas em diversas áreas. A crise econômica que já estava contratada anteriormente, ou seja, já se desenhava para acontecer, apenas tomou proporções maiores diante do congelamento das ações federais em um ambiente completamente hostil diante do

Congresso. Nada mais passou a ser feito no Brasil desde 2014 que pudesse resolver a situação política conturbada.

O impeachment apenas colocou fim em parte da uma gestão equivocada na economia, como pode ser comprovado pela substituição do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, que passou a ter maior autonomia. Mas em diversas outras ações de cunho econômico o Governo continuou patinando e não foi enérgico no controle de gastos. A reforma trabalhista, foi, sem dúvida, um dos maiores avanços que o Brasil já teve nos últimos anos em termos de mudança estrutural.

Parte da dificuldade em avançar com outras reformas pode ser explicada pela fraca representatividade popular e política de um Governo que vinha atuando conjuntamente com o anterior, e parte pela continuidade das denúncias de corrupção. O **risco político** no Brasil não foi completamente resolvido e ainda deve representar um enorme problema para a economia durante o ano de 2018.

Na medida em que ainda perduram as incertezas sobre o resultado



eleitoral mais importante para a história do país, não é possível esperar que os investimentos floresçam. A demanda no momento não é apenas pela presença de um Governo Federal que tenha, no conjunto de propostas, ações reformistas com o objetivo claro de reduzir o peso do Estado, mas também,

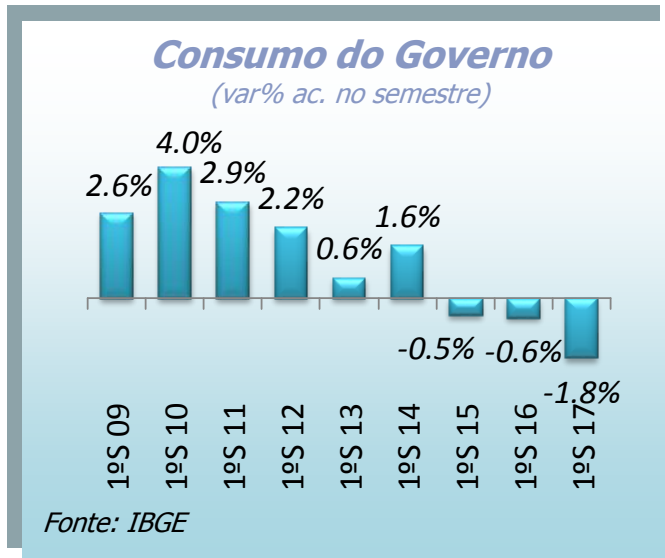
que seja honesto, transparente e que enfrente corporações, status quo e crie um ambiente com menor violência para a sociedade.

Porém, a fragmentação de partidos e ideias pode dificultar a formação de uma maioria que agregue essas características. Assim como o fator fiscal, o fator político deve perdurar, **reduzindo nossa capacidade de crescimento** pelos próximos anos.

Esse ambiente negativo na economia e na política afetou o nível de confiança das empresas e famílias. Concomitantemente ao processo de aumento da taxa de desemprego veio o temor pela perda de postos de trabalho e com ele a retração dos gastos das famílias em um ambiente de maior incerteza sobre o futuro. Assim é que o principal vetor de crescimento do Brasil nos anos anteriores, o Consumo das Famílias, começou a mostrar perda de dinamismo em 2015. Além dessa menor confiança, contribuíram de forma negativa nesse cenário a alta da inflação, com impactos sobre a renda real e também a elevação dos juros e da inadimplência que encareceram o crédito.



O **pior momento** foi, sem dúvida, o ano de 2016. A partir do impeachment parte das incertezas se dissiparam, mas a dinâmica econômica ainda continuou negativa por alguns meses. Atualmente, mesmo com a retração no consumo verificada no primeiro semestre de 2017, os sinais em 12 meses são de paulatina recuperação. As perspectivas são de que a retomada lenta



dos empregos, concomitantemente com um cenário mais benigno para as relações trabalhistas sob um guarda-chuva de uma nova legislação, deve dar nova dinâmica para o consumo das famílias no segundo semestre de 2017 e início de 2018. Certamente o natal desse ano será o melhor dos últimos três anos. Porém, isso não significa que teremos uma trajetória de crescimento sustentável do consumo das famílias. As incertezas apontadas acima ainda limitam essa expansão e criam o efeito precaução nos gastos.

Além dos investimentos e do consumo das famílias, temos o terceiro componente do PIB quando avaliado pela ótica da demanda, o Gasto do Governo. Durante vários anos, e mesmo diante de crises econômicas, esse componente mostrava expansão. Porém, a crise atual foi tão severa que acabou produzindo impactos negativos até no Gasto do Governo nas três esferas que compõem esse indicador.

Não é para menos, o **descontrole do gasto público** durante o período de expansão da economia gerou um cenário onde as despesas não cabiam mais na arrecadação. Com falta de recursos para pagar até funcionários, de um lado, e de outro uma economia que não via mais espaços para aumento de impostos,

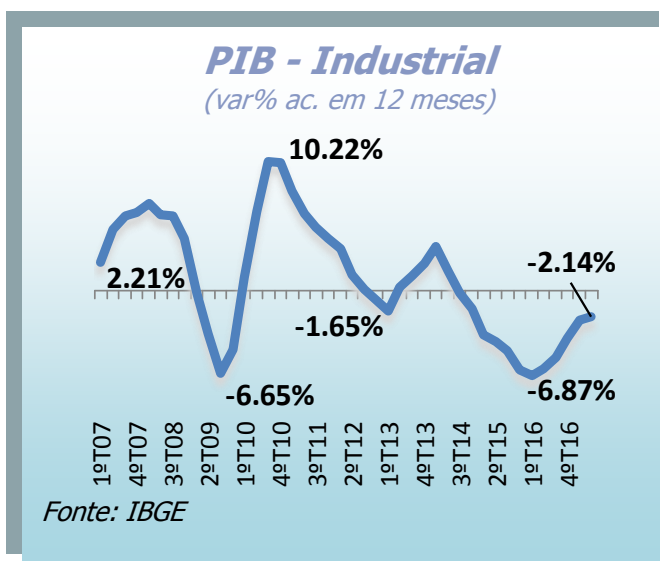


o resultado normal foi uma elevação de dívida com fornecedores, eliminação de diversos investimentos programados e atraso no pagamento de salários.

A crise do setor público no Brasil não ocorre apenas no Governo Federal, todos os demais entes seguiram a mesma trajetória. Vários Governos Estaduais, diante da queda da arrecadação, se viram em situação crítica e mesmo a possibilidade de acordo de dívida com o Governo Federal se tornou fragilizada com a elevada dívida interna e as **limitações de caixa na União**.

A proximidade do ano eleitoral pode limitar acordos que envolvam empréstimos e elevação do endividamento público, bem como ações que resultem em melhora das condições fiscais e que representam um custo político, como corte de pessoal e privatizações. Atualmente os Governos jogam com o tempo, na expectativa de que a retomada da economia resulte em

melhora da arrecadação. Essa inépcia para ações mais enérgicas apenas irá atrasar a reforma do setor público, mas o fato é que a economia mostra sinais de recuperação em diversos indicadores, como produção industrial, retomada do emprego, vendas do comércio e melhora na confiança, mas ainda com um



cenário ruim para as contas públicas.

Assim é que, ao analisar o indicador do primeiro semestre podemos confrontar números do consumo das famílias, mais próximo de zero e um **gasto do Governo** ainda em forte queda. Em uma análise de 12 meses, podemos ver que os gastos do Governo, de forma contrária aos demais indicadores, ainda apresentam tendência de queda. O aspecto que pode



modificar um pouco essa trajetória durante o ano de 2018 é a eleição presidencial. Sabe-se que o Gasto Público aumenta, na margem, em anos de eleição. Porém, mesmo assim, diante do aumento do controle sobre esse gasto na esteira da divulgação de diversos atos de corrupção e da falta de recursos em caixa em um ambiente econômico ainda fragilizado, é natural imaginar que essa expansão durante o ano de 2018 ocorra de forma limitada.

Como dito anteriormente, já é possível visualizar uma mudança no cenário econômico, e essa **retomada está ocorrendo** principalmente pela indústria. Após uma queda da produção que se assemelhou aos impactos da crise do subprime, o setor mostrou reação, mas em uma velocidade menor que a crise anterior, como pode ser visto no gráfico que mostra a evolução do PIB industrial. O motivo é a diferença de fatores que criaram as duas crises, sendo a atual, um produto tipicamente brasileiro e com contornos mais nocivos e de difícil solução.

Apesar de já mostrar, no acumulado em 12 meses, uma variação ainda negativa (-2,1%), é possível ver a tendência dessa recuperação na indústria. Porém, o fato mais importante está relacionado a sua composição. O cenário de retomada é heterogêneo dentre os quatro segmentos que compõem a indústria total. A indústria extrativa, por exemplo, cresce 4% em 12 meses e com forte tendência de recuperação. Isso já era esperado após a deterioração ocorrida no setor de petróleo nos anos anteriores, tendo como impacto a queda do volume produzido, e também dos impactos negativos com os desastres naturais que atingiram a região de Mariana.

Já a indústria da **construção civil** cresce 2,9% no período, a melhor taxa dentre os setores, mas com tendência de queda continuada. O setor ainda se recente do momento de juros elevados, da queda da renda real, do aumento do desemprego e da alta dos custos de produção que descolaram a dinâmica do preço dos imóveis da evolução da renda. Como a recuperação da economia



é recente, deve levar algum tempo para produzir um impacto positivo sobre o segmento.

Por outro lado, a indústria relacionada a produção e distribuição de energia, água, esgoto e coleta de lixo, está no terreno negativo no período (-6,4%) e, o que é mais preocupante, com tendência de piora. Boa parte das empresas nesse setor são estatais e muitas delas se encontram em situação financeira difícil. Com a perspectiva de que as contas públicas ainda continuem fragilizadas é natural esperar que esse setor apresente números ruins nos próximos meses.

E, por fim, a **indústria de transformação**, que ainda se encontra em queda (-2%) mas é a que revela melhores perspectivas, exatamente por sinalizar uma tendência de retomada. Ainda assim, é importante caracterizar a diferença de cenário vigente nesse setor industrial. As empresas do setor são distribuídas em várias atividades, que vão desde a produção de alimentos até móveis, passando por vestuário, borracha, produtos químicos e veículos.

Nesse caso, a recuperação mais consistente se dá no que se denomina de indústria metal-mecânica, composta pelas atividades de metalurgia, produtos de metal, produção de máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos e industriais, veículos automotores e informática. Destaque para o desempenho da produção de itens relacionados a máquinas e implementos agrícolas, puxados pelos bons resultados da safra do Brasil e um mercado que manteve preços atrativos para diversos produtos exportados. No caso da indústria automobilística a recuperação se deu muito mais pelas exportações do que pelas vendas no mercado interno, a despeito do **câmbio valorizado** que reduziu de forma drástica a rentabilidade do setor.

Mesmo que a recuperação da indústria ocorra de forma heterogênea, o fato é que essa dinâmica tem contribuído para a retomada das vendas do comércio. Após o PIB do setor ter atingido a marca recorde negativa de -10%



em 12 meses, ao final do segundo trimestre de 2016, o último resultado revela uma retração de apenas 2,4%, quando terminado em junho de 2017. É uma recuperação muito rápida e que reflete a conjunção de alguns fatores positivos, como a melhor da confiança, retomada dos empregos, queda da inflação que ajuda na recuperação da renda real, juros menores, bom desempenho do setor agropecuário e a retomada da produção industrial.

A perspectiva é de continuidade desse cenário positivo para os próximos meses, podendo encerrar o ano com variação perto de 0%. Uma retomada mais consistente do setor demanda que os riscos políticos sejam dissipados, algo que só será possível após a eleição de 2018, e que volte a **confiança do investidor**.

Em resumo, o cenário macroeconômico do primeiro semestre de 2017 foi importante para consolidar o processo de recuperação da atividade produtiva e melhorar indicadores de confiança e relacionados ao mercado de trabalho. Mas esse momento de saída da recessão se desenha com muita heterogeneidade dentre regiões e setores no Brasil. Aqueles cujo desempenho já mostra sinais melhores do que a média, são exatamente os que estão relacionados ao setor agropecuário e indústria de transformação voltada para atender o setor.

Por outro lado, há outras regiões onde os indicadores ainda permanecem ruins, em especial nas capitais, muito dependente do setor de serviços e ligadas ao Estado. As dificuldades no setor público que resultaram em atraso de salários e corte de gastos atingiram fortemente as cidades maiores. Apesar disso, podemos ver que a economia, de forma agregada, trilha o caminho da recuperação.

As perspectivas para a segunda parte do ano de 2017 **são otimistas**. Os dados conhecidos até setembro deixam antever que o PIB do terceiro trimestre também será positivo. O mercado de trabalho segue criando postos, há recuperação dos salários e a confiança continua melhor em um ambiente de



juros baixos e inflação controlada. Em conjunto esses indicadores reforçam a percepção de que podemos encerrar o ano de 2017 com um PIB próximo a 0,6%. A taxa ainda será pequena, mas suficiente para criar um ambiente mais amigável para 2018.



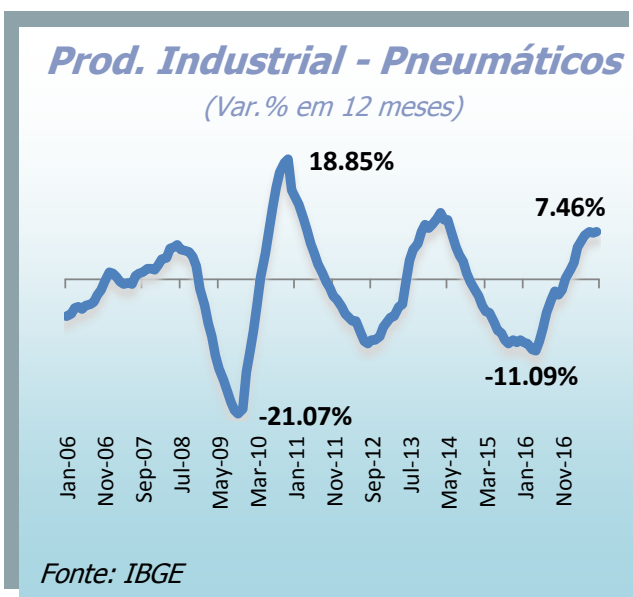
O Setor de Borracha no Contexto Nacional

A recuperação do setor de borracha no cenário nacional ocorre de forma muito mais acentuada do que o verificado na média da indústria. Nesse caso, destaque para a **produção de pneumáticos**.

Após uma forte retração, que levou a produção de pneumáticos a uma queda de pouco mais de 11% no acumulado em 12 meses terminados em janeiro de 2016, o segmento começou a se recuperar lentamente, processo esse que se acentuou com o fornecimento de produtos para a cadeia produtiva, em especial no segmento de veículos com as exportações. A dinâmica cíclica da produção de pneumáticos é interessante por mostrar que esses ciclos são curtos e intensos.

Ou seja, foram três ciclos de recessão desde a crise de 2009, todos com queda acentuada e recuperação

posterior. O ciclo atual não é diferente e coloca em perspectiva se estaríamos diante de um novo ajuste na produção.



Há fatores que jogam a favor da continuidade desse processo, como a **recuperação da demanda interna** por veículos automotores dos mais diversos tipos, como caminhões, ônibus, motos, automóveis e camionetas, complementando um movimento de exportação que já é positivo. Além disso, a melhora da confiança dos empresários pode trazer de volta os investimentos, bem como a situação mais confortável com a inflação ajuda a conter perda de



salário real, concomitante a um movimento de retomada dos consumidores com queda do desemprego.

Porém, é importante lembrar que as eleições de 2018 devem trazer componentes de incerteza no ambiente nacional, o que pode contribuir para postergar decisões de investimento e consumo.

Durante o primeiro semestre de 2017 a indústria de pneumáticos encontrou, nas exportações, um complemento importante para dar suporte ao aumento da



produção. **Os primeiros seis meses do ano** totalizaram US\$ 507 milhões em exportações com crescimento de 17% sobre o mesmo período do ano anterior. É claro que a receita de exportações em dólares está muito aquém da obtida no melhor momento do segmento, que foi o primeiro semestre de 2012, mas a retomada recente já é uma boa

sinalização.

Vale destacar que, para atingir aquela receita de exportação será necessário aumentar as mesmas em 65%. Ou seja, mantido um ritmo normal de expansão, iremos demorar ao menos três a quatro anos para que as exportações de pneumáticos retomem o nível de 2012.

Quando convertemos essa receita em reais e descontamos a inflação do período, vemos que o crescimento outrora de 17% em dólares se torna, na verdade, **uma queda de 1,8%**. Ou seja, os números de exportações de pneumáticos não revelam a verdade sobre o faturamento do setor. Boa parte desse resultado se deve a forte valorização da taxa de câmbio no período que



chega a 10%. Assim, as exportações de pneumáticos no primeiro semestre de 2017 totalizaram R\$ 1,62 bilhão, contra R\$ 1,65 bilhão para o mesmo período de 2016.

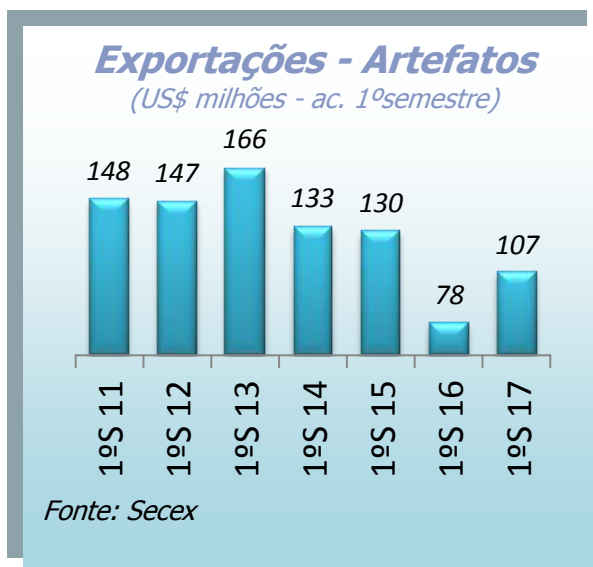
Já as **exportações de artefatos** tiveram um crescimento no primeiro semestre de 2017, sobre o mesmo período de 2016, da ordem de 36% quando medido em dólares. Apesar dessa boa performance, o patamar de US\$ 107 milhões exportado ainda fica aquém do recorde obtido no primeiro semestre de 2011, com um total de US\$ 148 milhões. Ou seja, seria necessário crescer mais 40% para alcançar aquele patamar, algo que talvez só seja possível em um prazo de dois anos.

Quando convertemos esses valores para reais, descontando o

comportamento da inflação, vemos que o faturamento com as exportações de artefatos cresceu apenas 14,6%, atingindo os R\$ 341 milhões, abaixo do recorde de R\$ 439 milhões exportados no primeiro semestre de 2013.

Por fim temos as **exportações de matéria prima**, segundo item mais importante da pauta do segmento. O valor embarcado de US\$ 168 milhões representou uma expansão, sobre o primeiro semestre de 2016, da ordem de 80%. Essa foi a maior expansão com exportações para um período como esse da história do setor. Mesmo assim, o bom resultado até o momento ainda está aquém do melhor momento em 2012 quando atingiu-se o total de US\$ 270 milhões.

Desde então, as exportações foram minguando, sendo essa performance explicada por vários fatores internos (custos de produção, câmbio valorizado, deficiências na infraestrutura logística, incertezas de acordos comerciais e



tributação) quanto externos (crise econômica em importantes parceiros comerciais do país).

Como pode ser visto, todos os **segmentos de borracha** tiveram um resultado positivo com as exportações nesse primeiro semestre de 2017, com destaque para matéria-prima. Porém, esse faturamento foi minguado pela taxa de câmbio valorizada e não representou, especialmente para o segmento de pneumáticos, o mais importante do setor, uma expansão do faturamento.

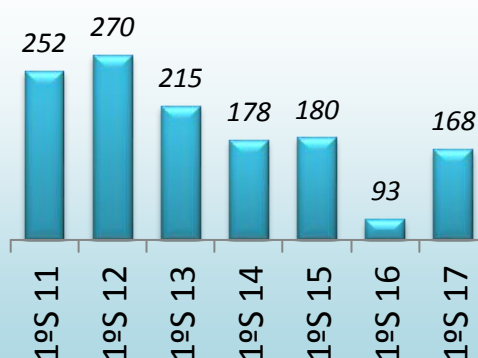
No agregado, as exportações de borracha cresceram 29% em dólares e atingiram os US\$ 781 milhões. Quando medidas em reais essa expansão cai para 8,6% representando R\$ 2,5 bilhões em exportações, um crescimento de R\$ 200 milhões sobre o mesmo período de 2016.

Boa parte dessa retomada das exportações do setor pode ser creditada a melhora da situação política e **econômica na Argentina**. O país cresceu, no segundo trimestre de 2017 a uma taxa de 2,7% em termos anualizados, o melhor resultado dos últimos dois anos, seguindo uma expansão de 0,1% ocorrida no primeiro trimestre.

E essa performance tem sido puxada pelo forte crescimento da produção industrial, com os indicadores de julho e agosto apontando para continuidade desse cenário. As previsões são de que o país cresça 3% em 2017 e aumente essa performance para 3,5% em 2018.

Vale destacar que os bons resultados na economia na Argentina também estão sendo presenciados com a queda do desemprego e a melhora da destruição de renda, fatores esses que podem ajudar o Governo a ganhar mais força nas eleições legislativas que ocorrerão em 22 de outubro de 2017.

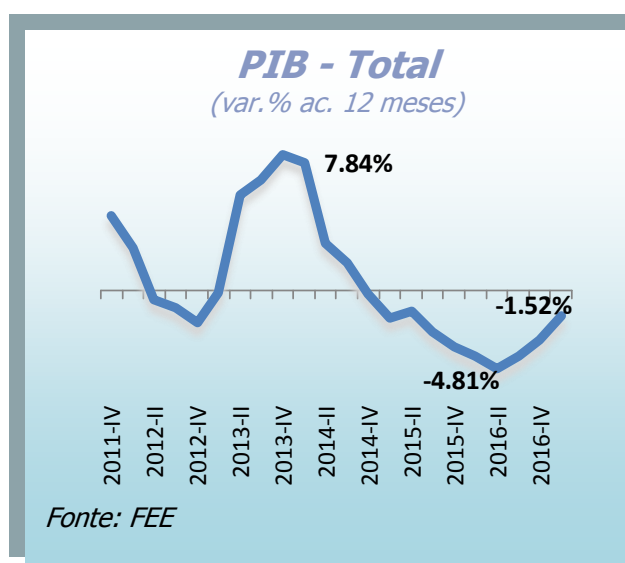
Exportações - Matéria-Prima
(US\$ milhões - ac. 1º semestre)



Fonte: Secex

O RIO GRANDE DO SUL EM 2017

O cenário econômico no Rio Grande do Sul apresenta-se, do ponto de vista de estatística geral, em linha com o nacional, como pode ser visto no gráfico que mostra o PIB em 12 meses. O resultado para o período terminado em junho de 2017, com queda de 1,52%, passa a sensação de que estamos trilhando a mesma trajetória do Brasil, e que seria natural esperar que a retomada nacional contribua e produza, no Estado gaúcho, os mesmos resultados. Porém, o fato é que, ao abrir os resultados setoriais e comparar com o nacional e tendo como pano de fundo as diferenças de composição da riqueza formada em cada um, é possível ver um **cenário muito distinto**.



A melhor forma de fazer essa comparação é produzindo a abertura desses dados para o primeiro semestre de 2017. Como pode ser visto na tabela, a taxa final do período revela um PIB do RS crescendo **1,8%** contra uma média do Brasil de queda de **0,1%**. Boa parte dessa diferença não se ao resultado do crescimento da produção da agropecuária, que foi similar entre o Estado e a média do Brasil, mas sim, pela sua importância para a composição do PIB.

O setor pesa 5,4% no PIB total do Brasil ao passo que, para o RS, representa 9,3%. Sendo assim, um crescimento de 14,6% do setor no Brasil resultou em um impacto marginal de cerca de 0,79% sobre o PIB total, ao passo que, para o RS, um crescimento de 13% na agropecuária resultou em um impacto da ordem de 1,21% sobre o PIB total.



Vale ainda destacar que boa parte desse impacto ocorre entre o primeiro e segundo trimestres, por conta da produção agrícola, em especial as lavouras temporárias. Para o segundo semestre não é esperado um movimento significativo na produção do setor. Sendo assim, os efeitos positivos diretos do setor sobre a economia já ocorreram.

A **segunda diferença importante** nessa composição do PIB do primeiro semestre do ano se refere a indústria. No total, o setor no Brasil caiu **1,6%** e no RS apenas **0,9%**.

Porém, de forma diferente da agropecuária, as participações do PIB da indústria sobre o total são similares, 21,3% para a média do Brasil e 23,3% para o caso do RS. Sendo assim, a queda menor para o setor no Estado contribuiu para que o segundo semestre também fosse melhor. Porém, se no agregado

a composição do PIB da indústria sobre o total da economia é similar entre o Estado gaúcho e a média do Brasil, o mesmo não podemos dizer sobre os setores que compõem a indústria.

A **indústria extrativa**, por exemplo, teve crescimento de **7,5%** no Brasil, e uma queda de **7,7%** no Estado gaúcho. Apesar dessa grande diferença, esse resultado não foi determinante para o PIB total, pois a indústria extrativa do RS tem um peso de apenas 0,2%.

Na **indústria de transformação** o resultado também foi distinto. A queda do Brasil de **1,1%** reflete as dificuldades enfrentadas por setores muito fortes no cenário nacional e com maior diversificação, o que se contrasta com o RS, que apresentou, por outro lado, um crescimento de **1,9%**. E isso ajuda a

PIB Setores
(Var % - jan-jun 2017)

	Brasil	RS
Agropecuária	14.6%	13.0%
Indústria	-1.6%	-0.9%
Extrativa	7.5%	-7.7%
Transformação	-1.1%	1.9%
Construção Civil	2.4%	-5.9%
Eletricidade e etc	-6.6%	-9.3%
Serviços	-1.0%	0.2%
Comércio	-0.8%	0.9%
Adm. Pública	-1.0%	0.0%
VAB	-0.1%	2.0%
Total	-0.1%	1.8%

Fonte: IBGE e FEE.



explicar uma importante diferença de resultado no PIB total. A indústria de transformação do Brasil tem um peso de 11,5% ao passo que no RS esse peso é de 16,8%. Sendo assim, o impacto marginal do setor sobre a economia, nesse primeiro semestre, foi de **-0,13** pontos percentuais no Brasil e **0,32** no RS. Essa diferença de comportamento entre a indústria do Estado e do Brasil já ocorreu em outros momentos e é típica do modelo de crescimento vigente.

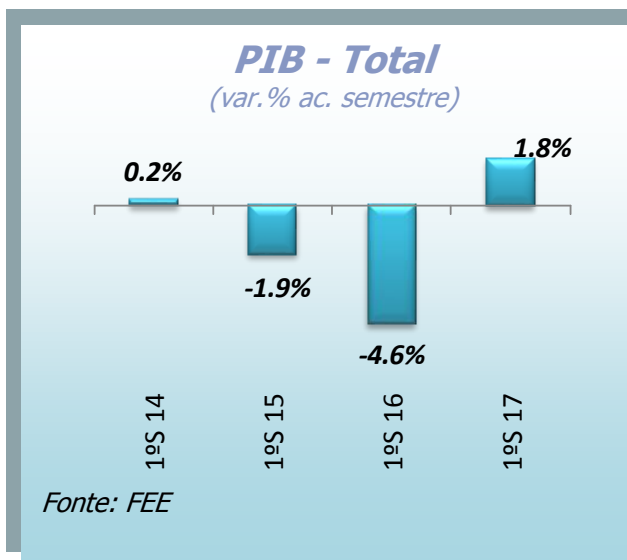
Ainda considerando o setor industrial temos a **construção civil**, outro importante fator de diferenciação para a composição do PIB desse primeiro semestre do ano. O peso desse segmento no Brasil é da ordem de 2,85% ao passo que para o RS é de 5,1%. Note que a construção civil tem um peso que chega a ser quase duas vezes maior para o PIB do RS que na média do Brasil. Além disso, enquanto que no cenário nacional tivemos um crescimento do setor nesses primeiros seis meses do ano, no estado gaúcho foi presenciada uma forte queda de **5,9%**. Portanto, a crise atual teve uma configuração distinta para o setor no Brasil e no RS.

Por fim, na indústria, temos a participação do segmento de **eletricidade, gás, água, esgoto e coleta de lixo**. Seu peso no PIB final também é bastante distinto entre o RS (1,2%) e a média do Brasil (5,5%) mas a conjuntura dessa primeira metade do ano foi similar onde ambos tiveram queda significativa. A explicação é que como esse segmento tem forte ligação com a atividade de governos, sendo que muitas vezes os produtos e serviços oferecidos são executados por empresas estatais, o cenário de crise herdado de anos anteriores limitou investimentos e crescimento da produção no período recente.

Por fim, temos o **setor de serviços**, o que possui o maior peso para o Brasil, com 73,2% do PIB e também para o RS com 67%. Como pode ser visto na tabela e olhando pelo lado da ótica da produção na composição do PIB, a conjuntura se mostrou bastante distinta entre o Estado gaúcho, que teve uma expansão de **0,2%** no setor e o cenário nacional, com queda de **1%**. Essa

diferença de performance pode ser atribuída, em grande medida, aos resultados do comércio e da administração pública.

Em resumo, enquanto que o resultado final do PIB deixa a impressão que a performance da economia gaúcha é parecida com a nacional, a abertura dos dados revela o inverso. Há **muita diferença de desempenho em segmentos** ligados a indústria e ao setor de serviços, como reflexo de uma composição de riqueza bastante distinta entre ambos. De qualquer forma, como mostra o gráfico com os resultados do primeiro semestre de cada ano, o RS teve, em 2017, a primeira variação positiva dos últimos 3 anos, o que reforça a percepção de que a economia do Estado também está saindo da crise. Porém, tal como colocado no comentário sobre o cenário nacional, há elementos que mostram que a dinâmica de crescimento do Estado gaúcho para os próximos anos seja mais baixa do que a presenciada em momentos anteriores.



O ponto que mais limita essa recuperação é justamente as contas públicas que atingiram seu **pior resultado histórico**, em linha com o que presenciamos no cenário nacional. A diferença é que a capacidade de gerar receita própria e fazer administração da dívida do Governo Federal é bem maior do que quando avaliamos um Estado. Atualmente o Setor Público no RS não consegue fazer frente as demandas conjunturais com pagamento de salários e muito menos para alocação em investimento, o que inibe a atração de novos empreendimentos e a consolidação de um cenário de crescimento sustentável.



Os fatores limitantes ao cenário prospectivo são muitos e passam sempre pelas **dificuldades fiscais e políticas**. Essa última pelo fato de que a proximidade das eleições de 2018 inibe ações de cunho reformista essenciais para garantir a sustentabilidade das contas públicas sem precisar recorrer a novos aumentos de impostos. Ou seja, propostas de privatização, concessões de estradas ou demais serviços públicos e até demissões de funcionários ou reforma do plano de cargos e salários, são vistas pelos políticos como muito impopulares e passam necessariamente pela aprovação da Assembleia Legislativa.

Porém, o fato é que por anos os Governos anteriores foram empurrando o ajuste para o futuro e sempre contando com ajudas como aumento da inflação, uso de recursos que não são próprios, como depósitos judiciais ou do caixa único, que resultaram em deterioração também das empresas estatais. Além disso, alguns governos, como foi o caso de 2011-2014, majoraram salários acima da capacidade de pagamento, potencializando essas deficiências. E o que é pior, jogou para as administrações posteriores o compromisso de arcar com o pagamento desses reajustes.

Vale destacar que mesmo uma **negociação da dívida do estado** com o Governo Federal e o fechamento ou privatização de determinados órgãos públicos ou fundações e empresas, não irão resolver o problema no médio prazo. Esse passa, necessariamente, por reformas no funcionalismo público, gastos com inativos e salários elevados para diversas carreiras de Estado.

Há itens que podem parecer pequenos, como o custo para o Estado ao ceder funcionários para sindicatos, que chega a R\$ 40 milhões por ano, e que poderia ter uma solução tal qual feita no Governo Federal, que veta a remuneração do servidor cedido para o sindicato. Mas não são pequenos e, além do mais, a dificuldade encontrada pelo Governo em aprovar essa restrição na Assembleia Legislativa, revela o quanto será difícil promover reformas mais duras na gestão pública no estado do RS.



Mesmo diante disso, as perspectivas para o segundo semestre são de continuidade do cenário de recuperação da atividade produtiva. Isso porque está em curso uma retoma da indústria de transformação, em especial o metal mecânico que possui um peso maior para a indústria do Rio Grande do Sul, seja no que diz respeito a produção de máquinas e equipamentos voltados para a agricultura, ou então para **veículos automotores e metalurgia**. A recuperação dos empregos já ocorre no setor e deve trazer consigo uma melhora das condições do comércio e da arrecadação de impostos, em especial nas regiões mais voltadas para a agropecuária e a produção industrial.

A dinâmica dessa recuperação só será sentida na região metropolitana de Porto Alegre em meados de 2018, quando então o setor de serviços poderá mostrar uma recuperação em linha com a melhora da renda e das condições de crédito.

As maiores incertezas recaem sobre o impacto das eleições presidenciais e estaduais sobre essa recuperação. Ou seja, é mais difícil mensurar em que medida um cenário de campanha pode atrapalhar a disposição de investidores e consumidores a promoverem um maior gasto no ano que vem. O fato é que as condições macroeconômicas estão postas, como inflação e juros baixos e taxa de desemprego em queda.

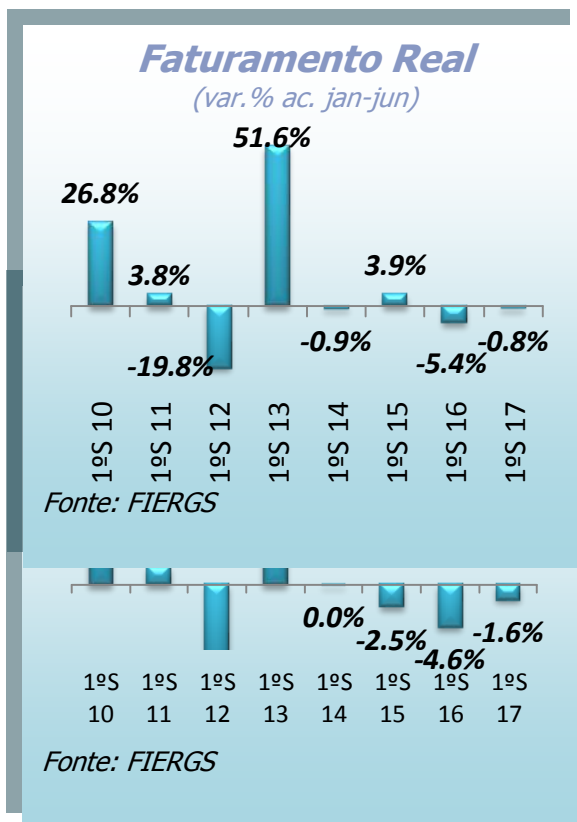
Nesse cenário não estão projetadas quaisquer receitas adicionais com venda de participação em empresas, concessões ou qualquer outra atividade que resulte em entrada de recursos pontuais para o Setor Público.

O Setor de Borracha no Rio Grande do Sul

Diferentemente do verificado na média do Brasil para o setor de borracha e também no comportamento dos indicadores da indústria do Estado



do RS, o segmento de borracha gaúcho não apresenta indicadores que possam apontar que a crise no setor tenha sido dissipada.



O indicador agregado de atividade, conhecido como IDI¹ e calculado pela FIERGS, aponta que, para o primeiro semestre do ano, o segmento no Estado teve uma retração de 1,6%. Vale destacar que esse é o **terceiro ano consecutivo de retração** para o período, mas ao menos foi o menor dentre todos.

Quando avaliado no acumulado em 12 meses o comportamento do IDI é de ligeira recuperação frente aos

períodos anteriores, mas ainda em terreno negativo, com -1,8%. A crise que atingiu o setor no Estado foi realmente uma das **mais intensas e duradouras já presenciadas**. A análise do período de 12 meses mostra que o indicador está no terreno negativo desde outubro de 2014. Apesar do pior momento ter ficado para trás, quanto então o indicador apontava queda de 5,3% ao final de 2016, o fato é que a recuperação não tem se dado na mesma velocidade que a média da indústria.

Uma das variáveis que compõem o indicador é o faturamento real. Esse está em queda de 0,8% quando analisado o primeiro semestre do ano relativamente ao mesmo período do ano anterior. Para o mesmo período o faturamento da indústria de borracha e plástico do Brasil cresce 2,1%. Atenção especial deve ser dada a essa comparação pois enquanto que no RS os indicadores da

¹ O IDI é um indicador que agrega diversos outros e sua composição representa de forma fiel a dinâmica da indústria. Além do setor de borracha, o mesmo é calculado para outros setores importantes para a indústria do Estado e também para o agregado.



indústria de borracha são calculados de forma desagregada, para a média do Brasil, sob responsabilidade da CNI – Confederação Nacional da Indústria, o mesmo é calculado juntamente com a indústria de plásticos.

Em 12 meses terminados em junho a queda é de 2,8%, mas com tendência de recuperação. De fato, os últimos números, que mostram o desempenho do setor até agosto, deixam antever que esse processo de melhora no faturamento real irá continuar no terceiro trimestre. A manter esse ritmo é natural esperar que o **faturamento encerre o ano** ligeiramente positivo, com variação de 0,7%.

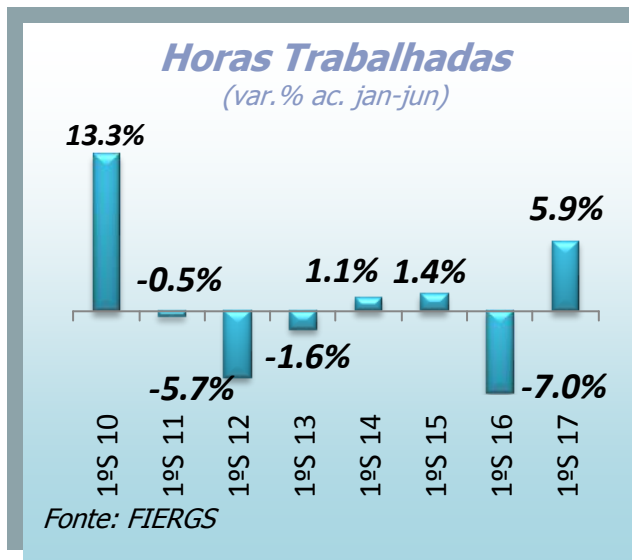
Dentre os motivos que ajudaram na recuperação do faturamento estão as exportações (ver adiante comentário) e também o fornecimento de insumos para a indústria de máquinas e equipamentos e veículos automotores, ambas em recuperação no cenário nacional.

Já os dados referentes ao mercado de trabalho sinalizam um cenário um pouco diferente. **As horas trabalhadas**, tradicionalmente compreendidas como indicador antecedente do comportamento do emprego e também da produção e faturamento do setor, apresentam crescimento de quase 6% no primeiro semestre do ano.

Em 12 meses o indicador acumula 2,6% de alta terminados em junho e, com a projeção de continuidade do cenário positivo durante o terceiro trimestre, já confirmado com os números de julho e agosto, a projeção é que as horas trabalhadas terminem o ano com aumento de 4% sobre 2016.

Apesar de ser possível verificar que a indústria já está trabalhando mais horas, o fato é que **os empregos** ainda não se recuperaram no setor. No ano até junho acumulam queda de 2%, mas com sinalização de tendência de

recuperação quando analisamos o comportamento em 12 meses. Como apontado em outros relatórios, essa discrepância que existe entre as horas trabalhadas e a contratação, que se reflete no indicador de pessoal empregado, se deve a rigidez da legislação trabalhista, vigente até o momento, que resulta em elevados custos de contratação e

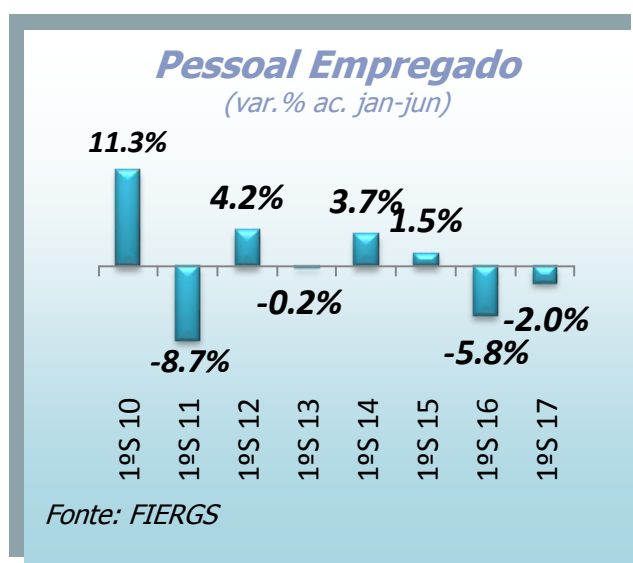


demissão.

Nesse caso, as empresas esperam uma **confirmação do cenário de recuperação** para formalizar a contratação. Assim é que o desempenho do emprego acaba tendo uma resposta posterior ao das horas trabalhadas.

Destaca-se que esse movimento ocorre também em outros setores industriais no Brasil e também em outras atividades como Comércio e serviços de ordem geral.

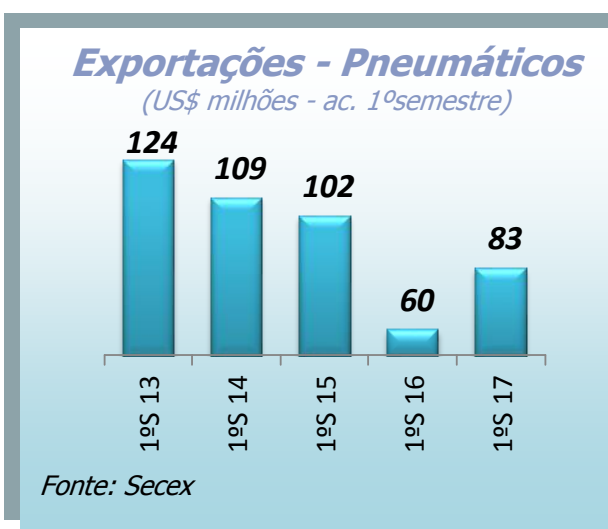
Vale destacar que as mudanças na **legislação trabalhista**, aprovadas ainda no final do primeiro semestre, devem começar a surtir efeito





prático apenas em meados do próximo ano. Mas, a expectativa é que as novas regras, que já entram em vigor a partir de novembro, possam dar mais dinamismo para o mercado de trabalho durante esse período de recuperação da economia, tornando mais fácil o ajuste cíclico, seja de crescimento ou de recessão.

Esse aspecto é positivo e um mercado de trabalho mais flexível já se faz presente em diversas outras economias desenvolvidas, como Canadá, EUA, Austrália, Reino Unido dentre outros, e diversas outras discussões de melhoria com o intuito de aumentar essa flexibilidade e até de reduzir custos de contratação e demissão, estão em curso na Europa. Porém, é importante complementar que essas novas regras ainda devem encontrar



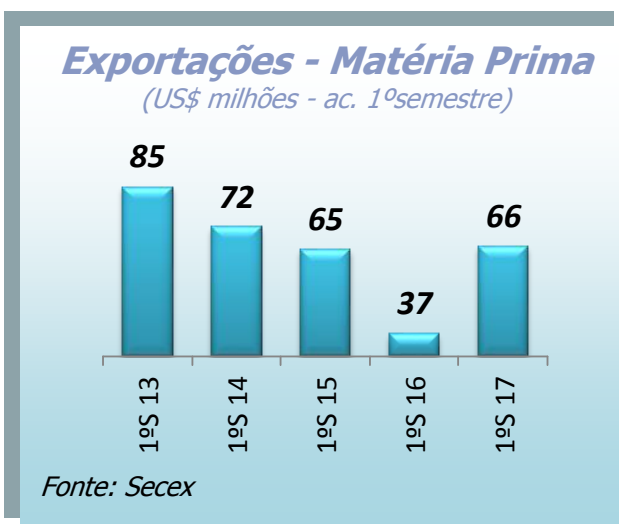
muita resistência e desconhecimento por parte do Judiciário e atenção especial deve ser dada a esses primeiros meses sob uma nova legislação.

No caso das **exportações do setor no RS** o que se nota é um movimento parecido com o nacional. As exportações de pneumáticos, por exemplo, tiveram um crescimento de 38% em dólares, colocando as mesmas em US\$ 83 milhões no acumulado do primeiro semestre. Porém, quando medida em reais, conversão importante para medir os impactos sobre o faturamento, o que se nota é um crescimento mais tímido, da ordem de 13,8%. Em ambos os casos o segmento no RS teve um resultado melhor que a média nacional para o período analisado.

Por sua vez, as **exportações de matéria-prima** de borracha tiveram crescimento bem mais acentuado, da ordem de 76% nos primeiros seis meses



de 2017. Esse resultado foi em linha com o verificado para a média do segmento no Brasil e representou, no caso do RS, um adicional de US\$ 29 milhões com receita de exportações. Apesar do resultado positivo, o valor exportado ainda se encontra bem abaixo do máximo atingido no primeiro semestre de 2011 com US\$ 111 milhões. Considerando que a evolução das exportações desse ano foi muito maior do que o esperado e a média histórica, é natural esperar que nos próximos anos não ocorra uma expansão dessa magnitude. Sendo assim, para atingir o patamar exportado de 2011 seriam necessários ao menos mais **quatro anos de crescimento nas exportações**.



Quando medido em reais o faturamento com exportações de matéria-prima foram bem menores devido a valorização da taxa de câmbio. Mas o resultado de 46,7% é significativo e é a maior expansão desde o primeiro semestre de 2011.

Por fim temos as **exportações de artefatos de borracha**. A participação desses itens não é tão significativa para a pauta do segmento, mas também tiveram crescimento nesse primeiro semestre do ano e atingiram os US\$ 3,5 milhões. Vale destacar que os 26% de elevação das exportações, quando medidas em dólares, foi menor do que a média nacional de 36%, e, quando convertida em reais pela taxa de câmbio média mensal e retirados os efeitos da inflação, esse crescimento se reduz para apenas 5,7%.

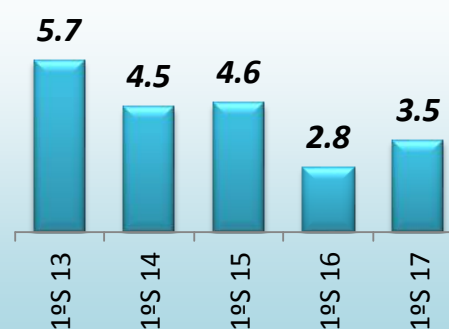
A soma dos três segmentos do setor de borracha resultaram em exportações, no primeiro semestre do ano, da ordem de US\$ 152 milhões e um crescimento de 52% sobre o mesmo período do ano anterior. Em reais essa

expansão foi de 25% e contribuiu para amenizar os impactos negativos da retração do faturamento com as vendas no mercado interno que, mesmo diante da recuperação da demanda com a produção de veículos e máquinas e equipamentos, não foi suficiente para trazer os números para o terreno positivo.

Tal como o verificado no cenário nacional, os **fatores de impulso dessas exportações** estiveram ligados a melhora do ambiente político e econômico na Argentina e a continuidade do crescimento da economia americana. Destaque que os EUA crescem a uma

taxa anualizada de 3%, a taxa de desemprego no país está na mínima histórica dos últimos 16 anos e a produção industrial e a confiança dos investidores sinalizam que esse cenário prospectivo deve perdurar nos próximos meses, mesmo diante da perspectiva de elevação da taxa básica de juros por parte do Banco Central Americano.

Exportações - Artefatos (US\$ milhões - ac. 1º semestre)



Fonte: Secex